

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

LEGISLAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA:

I. Contratos de direito público: de fornecimentos, de empreitadas de obras e de serviços

Directiva 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas à aplicação dos processos de recurso em matéria de adjudicação dos contratos de direito público de obras de fornecimentos (*JOUE* L 395, de 30.12.1989, p. 33-35).

- Alterada por:

- Directiva 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007, que altera as Directivas 89/665/CEE e 92/13/CEE, do Conselho no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos (*JOUE* L 335, de 20.12.2007, p. 31-46).

Directiva 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços (*JOUE* L 134 de 30.4.2004, p. 114-)

- Alterada por:

- Regulamento 1874/2004/CE, da Comissão, de 28 de Outubro de 2004, que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 326 de 29.10.2004, p. 17-18);
- Directiva 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de Setembro de 2005, que altera o anexo XX da Directiva 2004/17/CE e o anexo VIII da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os contratos públicos (*JOUE* L 257, de 1.10.2005, p. 127-128);
- Directiva 2005/75/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Novembro de 2005 (*JOUE* L 323, de 9.12.2005, p. 55)
- Regulamento 2083/2005/CE, da Comissão, de 19 de Dezembro de 2005, altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 333, de 20.12.2005, p. 28-29);
- Directiva 2006/97/CE, do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de mercadorias, em

- virtude da adesão da Bulgária e da Roménia (*JOUE* L 363, de 20.12.2006, p. 107-128);
- Regulamento 1422/2007/CE, da Comissão, de 4 de Dezembro de 2007, altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 317, de 5.12.2007, p. 34-35);
 - Regulamento 213/2008/CE, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento 2195/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV (*JOUE* L 74, de 15.3.2008, p. 1-375);
 - Decisão 2008/963/CE, da Comissão, de 9 de Dezembro de 2008, que altera os anexos das Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre procedimentos aplicáveis à adjudicação dos contratos públicos, no que respeita às listas de entidades adjudicantes e de poderes públicos (*JOUE* L 349, de 24.12.2008, p. 1-192);
 - Regulamento 596/2009/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, que adapta à Decisão 1999/468/CE, do Conselho certos actos sujeitos ao procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado, no que se refere ao procedimento de regulamentação com controlo (*JOUE* L 188, de 18.7.2009, p. 14-92);
 - Directiva 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE (*JOUE* L 216, de 20.8.2009, p. 76-136);
 - Regulamento 1177/2009/CE, da Comissão, de 30 de Novembro de 2009, altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 314, de 1.12.2009, p. 64-65);
 - Regulamento 1251/2011/U.E., da Comissão, de 30 de Novembro de 2011, que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 319, de 2.12.2011, p. 43-44).

Regulamento de Execução 842/2011/U.E., da Comissão, de 19 de Agosto de 2011 , que estabelece os formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento (CE) n.º 1564/2005 (*JOUE* L 222, de 27.08.2011, p. 1- 187).

Comunicação da Comissão — Valores correspondentes em kunas croatas, a partir de 1 de Julho de 2013, dos limiares previstos nas Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (*JOUE* C 382, de 12.12.2012, p. 1).

II. Contratos de direito público nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais

Directiva 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro de 1992, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à aplicação das regras comunitárias em matéria de procedimentos de celebração de contratos de direito público pelas entidades que operam nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações (*JOUE* L 76, de 23.3.1992, p. 14-20).

- Alterada por:

- Acto relativo às condições de adesão do Reino da Noruega, da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia e às adaptações dos Tratados em que se funda a União Europeia: Anexo I - Lista prevista no artigo 29º do Acto de Adesão - XI. Mercado interno e serviços financeiros - E. contratos públicos (*JOUE* C 241 de 29.8.1994, p. 228).
- Acto relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca e às adaptações dos Tratados em que se funda a União Europeia - Anexo II: Lista a que se refere o artigo 20.º do Acto de Adesão - 1. Livre circulação de mercadorias - I. Contratos públicos (*JOUE* L 236, de 23.9.2003, p. 70-92);
- Directiva 2006/97/CE, do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de mercadorias, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia (*JOUE* L 363, de 20.12.2006, p. 107-128);
- Directiva 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007, que altera as Directivas 89/665/CEE e 92/13/CEE, do Conselho no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos (*JOUE* L 335, de 20.12.2007, p. 31-46).

Directiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais (*JOUE* L 134, de 30.4.2004, p. 1-113).

- Alterada por:

- Regulamento 1874/2004/CE, da Comissão, de 28 de Outubro de 2004, que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 326 de 29.10.2004, p. 17-18);
- Directiva 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de Setembro de 2005, que altera o anexo XX da Directiva 2004/17/CE e o anexo VIII da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre os contratos públicos (*JOUE* L 257, de 1.10.2005, p. 127-128);
- Regulamento 2083/2005/CE, da Comissão, de 19 de Dezembro de 2005, altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 333, de 20.12.2005, p. 28-29);
- Directiva 2006/97/CE, do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de mercadorias, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia (*JOUE* L 363, de 20.12.2006, p. 107-128);
- Regulamento 1422/2007/CE, da Comissão, de 4 de Dezembro de 2007, altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente aos limiares de valor aplicáveis nos processos de adjudicação dos contratos públicos (*JOUE* L 317, de 5.12.2007, p. 34-35);
- Regulamento 213/2008/CE, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento 2195/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV (*JOUE* L 74, de 15.3.2008, p. 1-375);
- Decisão 2008/963/CE, da Comissão, de 9 de Dezembro de 2008, que altera os anexos das Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho sobre procedimentos aplicáveis à adjudicação dos contratos públicos, no que respeita às listas de entidades adjudicantes e de poderes públicos (*JOUE* L 349, de 24.12.2008, p. 1-192);
- Regulamento 596/2009/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, que adapta à Decisão 1999/468/CE, do Conselho certos actos sujeitos ao procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado, no que se refere ao procedimento de regulamentação com controlo (*JOUE* L 188, de 18.7.2009, p. 14-92);
- Directiva 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE (*JOUE* L 216, de 20.8.2009, p. 76-136);

- Regulamento 1177/2009/CE, da Comissão, de 30 de Novembro de 2009, altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 314, de 1.12.2009, p. 64-65);
- Regulamento 1251/2011/U.E., da Comissão, de 30 de Novembro de 2011, que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 319, de 2.12.2011, p. 43-44).

Decisão 2005/15/CE, da Comissão, de 7 de Janeiro de 2005, sobre as normas de execução do procedimento previsto no artigo 30.º da Directiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais (*JOUE* L 7, de 11.1.2005, p. 7-17).

Comunicação da Comissão — Valores correspondentes em kunas croatas, a partir de 1 de Julho de 2013, dos limiares previstos nas Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (*JOUE* C 382, de 12.12.2012, p. 1).

III. Contratos de direito público nos domínios da defesa e da segurança

Directiva 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE (*JOUE* L 216, de 20.8.2009, p. 76-136);

- Alterada por:

- Regulamento 1177/2009/CE, da Comissão, de 30 de Novembro de 2009, altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 314, de 1.12.2009, p. 64-65);
- Regulamento 1251/2011/U.E., da Comissão, de 30 de Novembro de 2011, que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos (*JOUE* L 319, de 2.12.2011, p. 43-44).

(legislação disponível em http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)

Informação complementar:

Comunicação interpretativa da Comissão sobre o direito comunitário aplicável à adjudicação de contratos não abrangidos, ou apenas parcialmente, pelas directivas comunitárias relativas aos contratos públicos (*JO* C 179 de 1.8.2006, p. 2-7).

Comunicação interpretativa sobre a aplicação do artigo 296.º do Tratado no âmbito dos contratos públicos no sector da defesa (COM/2006/0779 final) (não publicada).

Comunicação da Comissão — Valores correspondentes em kunas croatas, a partir de 1 de Julho de 2013, dos limiares previstos nas Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (*JOUE* C 382, de 12.12.2012, p. 1).

(comunicações disponíveis em http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)

IV. Vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV)

Regulamento 2195/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002 relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) (*JOUE* L 340, de 16.12.2002, p. 1-562).

- Alterado por:

- Regulamento 2151/2003/CE, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) (*JOUE* L 329, de 17.12.2003, p. 1-270).
- Regulamento 213/2008/CE, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV (*JOUE* L 74, de 15.3.2008, p. 1-375).
- Regulamento 596/2009/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, que adapta à Decisão 1999/468/CE do Conselho certos actos sujeitos ao procedimento previsto no artigo 251.º do Tratado, no que se refere ao procedimento de regulamentação com controlo — Adaptação ao procedimento de regulamentação com controlo — Quarta Parte (*JOUE* L 188, de 18.7.2009, p. 14-92).

PROPOSTAS LEGISLATIVAS EM DISCUSSÃO:

Proposta de Directiva do Conselho que adapta determinadas diretivas no domínio dos contratos públicos, por motivo da adesão da Croácia (COM/2013/052 final).

Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso de bens e serviços de países terceiros ao mercado interno de contratos públicos da União Europeia e que estabelece os procedimentos de apoio às negociações sobre o acesso de bens e serviços da União Europeia aos mercados de contratos públicos dos países terceiros (COM/2012/0124 final).

Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos contratos públicos (COM/2011/0896 final).

Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais (COM/2011/0895 final).

Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à adjudicação de contratos de concessão (COM/2011/0897 final).

(propostas disponíveis em http://eur-lex.europa.eu/RECH_naturel.do)